

**O ROTARY CLUB E A HEGEMONIA NO TRATAMENTO DE  
PROBLEMAS URBANOS (PORTO ALEGRE, 1928-1937)**

Cleandro Krause

IPPUR-UFRJ

cleandrokrause@uol.com.br

Fania Fridman

IPPUR-UFRJ

fania.fridman@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A reorganização dos governos municipais após a proclamação da República marcou o início de um período de quarenta anos, ao longo do qual Porto Alegre teve apenas três chefes do poder executivo. Indicados pelo Partido Republicano Rio-grandense e inspirados pela doutrina de Auguste Comte, eles protagonizaram uma continuidade administrativa de 1897 a 1937, excedendo, portanto, a República Velha e chegando à Era Vargas. O último intendente, Alberto Bins, foi nomeado prefeito em 1930.

Durante esse período Porto Alegre recebeu melhoramentos urbanos – abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, bondes e iluminação elétricos –, cuja provisão esteve a cargo do poder público, característica que distinguiu a capital sulina em relação às demais grandes cidades do país (BAKOS, 2013).

Também foi durante esse período que a palavra urbanismo, no sentido de um conjunto de técnicas e discursos sobre a cidade (VILLAÇA, 1999), começou a ser utilizada pelos profissionais locais. Cerca de uma década após seu aparecimento na França, o urbanismo porto-alegrense buscou o ajustamento do espaço às novas condições de desenvolvimento do capitalismo – a modernização da indústria e de seus suportes que se estendeu de 1870 a 1945. Nem todos os espaços seriam alcançados imediatamente pela modernização, mas somente aqueles que respondessem “às necessidades de crescimento ou de funcionamento do sistema, em relação ao seu centro” (SANTOS, 2014, p.48). Isto se refletiu na escala intraurbana de Porto Alegre, cujo “progresso material” para aproximá-la do ideal de “cidades magníficas” (ROMERO, 2004), ocorreu nas áreas centrais e/ou diretamente

atreladas ao controle da produção e do intercâmbio de setores modernizados e à reprodução social da classe dirigente.

A difusão dos melhoramentos urbanos e do urbanismo seria, assim, parte de uma *tecnoesfera*, que vincula regulação da economia e regulação do território. Ainda que o termo tenha sido atribuído por Milton Santos (2018) a um período mais recente, marcado pela constituição de um meio técnico-científico cujas operações têm mais necessidades de informação, entendemos que os rudimentos dessa noção já estariam presentes anteriormente. Ou seja, a modernização já traduziria os “interesses distantes” das frações imperialistas às quais estava subordinada, desde sua constituição, a burguesia industrial local.

O uso desta noção também nos interessa pela possibilidade de associar às transformações do espaço material as transformações das mentalidades, ou seja, uma *psicoesfera*, cuja criação se daria em paralelo e “fortemente dominada pelo discurso dos objetos, das relações que os movem e das motivações que os presidem”. Assim como a tecnoesfera, a psicoesfera “também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras objetivas da racionalidade ou do imaginário, palavras de ordem cuja construção frequentemente é longínqua” (SANTOS, 2018, p. 50).

Poderia o próprio espaço modernizado “servir de exemplo” para as práticas sociais? Para tanto, supomos que o Estado e as frações mais interessadas na modernização tivessem que buscar a sua assimilação por meio de ideias que elaborassem e difundissem um desejo de modernidade, mesmo em quem tivesse pouco ou nada a ganhar com ela.

Nas coalizões reunindo o Estado e as elites locais de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX, está aquela que reuniu a municipalidade e o Rotary Club<sup>1</sup>. Antes de analisarmos o papel do Rotary Club na construção de uma hegemonia para tratar dos chamados “problemas urbanos”, observaremos temas que poderiam motivar coalizões do Estado e das elites.

## COALIZÕES DO ESTADO E DE ELITES EM PROL DE UMA HEGEMONIA

---

<sup>1</sup> Tal instituição foi observada por Gramsci ao procurar “as relações econômicas e políticas reais que encontram sua forma de organização, sua articulação e sua funcionalidade [...] na vida estatal [...], na vida interestatal [...] e na vida das associações políticas e culturais [...], sindicais [e] econômicas” (GRAMSCI, 2017, p. 91). Ele incluiu o Rotary Club junto à maçonaria e à Igreja Católica.

O triunfo do individualismo burguês coloca uma questão: como poderia ter sido evitada a competição predatória entre frações da burguesia? José Luis Romero (2004, p. 325) nos lembra que as novas burguesias latino-americanas nem sempre conseguiram ou quiseram exercer o poder por si próprias, “mas foram o poder atrás do trono”, de modo que se estabeleceu um vínculo entre as burguesias, a classe política e a burocracia, em que “pouco a pouco o poder político encontrou-se aprisionado em uma rede, da qual, talvez, quem o exercesse não tinha interesse em libertá-lo” (ibid., p. 326).

Qual tema poderia coordenar os interesses das frações burguesas? Uma proposta de Harvey Molotch busca examinar o poder local, tomando um assentamento urbano qualquer como uma economia política, no qual

[o] desejo de crescimento provê a motivação operativa mais importante em torno do consenso para os membros de elites locais politicamente mobilizadas, não importando o quanto estejam divididas relativamente a outras questões, e um interesse comum no crescimento é o principal atributo em comum entre as pessoas importantes em uma dada localidade – ao menos na medida em que elas têm algum objetivo local importante (MOLOTCH, 1976, p. 310; tradução livre).

A essência de uma localidade seria, assim, a sua operação como uma *máquina de crescimento* [growth machine]. É fácil constatar que os atributos de um indicador de “sucesso” do crescimento, proposto por Molotch, manifestaram-se na cidade de Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XX: aumento da população urbana, expansão das manufaturas e da força de trabalho operária, escala crescente do comércio atacadista e varejista, expansão de loteamentos residenciais, aumento da densidade populacional e níveis crescentes de atividades financeiras. É esta “síndrome inteira de eventos associados” que o autor entende pelo termo geral “crescimento” (ibid., p. 310).

Um pré-requisito da *máquina de crescimento* é a consciência de interesses de um coletivo em torno do uso do solo, em que emerge a noção de que a valorização futura de uma certa porção do território depende das demais em uma área maior, ou seja, de externalidades positivas de vizinhança. Essas condições estavam certamente presentes em Porto Alegre, pois, ainda no período imperial, proprietários de imóveis de um dos logradouros mais afluentes da cidade já haviam conseguido deslocar o seu alinhamento, explicitando o interesse em valorizá-lo, ao mesmo tempo em que justificaram o pedido à Câmara por ser

lucrativo ao “bem público” e aos “cofres municipais”<sup>2</sup>. E nas duas primeiras décadas do século XX, várias menções nos relatórios apresentados pelo intendente ao Conselho Municipal, relativas à localização da “melhor construção” e à cooperação de seus proprietários mediante a doação de materiais para obras viárias, tendo o objetivo de valorizar seus imóveis, reforçaram a emergência de um sentido de interesses em comum em Porto Alegre.

Conforme Molotch, quando essas coalizões são duráveis, elas passam a constituir comunidades identificáveis, em que cada membro é membro, também, de outros grupos que podem competir em relação a outros interesses. O que importa é que haja consenso em relação ao incremento do valor do *lugar* de seus interesses, independente da escala espacial alcançada, com ênfase no valor de troca. Busca-se criar condições que favoreçam o “clima de negócios”, assim como a proteção da propriedade privada e a minimização de conflitos entre capital e trabalho (ibid., p. 312).

O funcionamento dessas coalizões pode se manifestar em uma grande variedade de formas, que incluiriam os jornais locais, a instituição com a maior responsabilidade de sustentar “recursos cívicos” tornada uma influência reformista, uma “voz da comunidade” (ibid., p. 316) em defesa de interesses hegemônicos<sup>3</sup>. Se isto é válido para o contexto liberal analisado por Molotch, entendemos que o seja, ainda mais, para a atuação de um jornal como *A Federação*, “um exemplo impressionante de imprensa doutrinária que se reproduziu durante a República Velha” (BOSI, 2007, p. 216). Além de ter servido como órgão oficial do partido no poder no Rio Grande do Sul, os temas de interesse local estiveram presentes em suas edições, abertas a seus apoiadores. Isto pode explicar por que as atividades de comunidades de interesses, como o Rotary Club, foram publicadas em suas páginas.

Como, no contexto estudado, um aparelho da hegemonia burguesa se constituiu com a expansão daquela classe? O conceito gramsciano de hegemonia abrange tanto (i) o

---

<sup>2</sup> Conforme o requerimento de proprietários da rua Independência, representados por João de Deus Siqueira, de 16 de janeiro de 1883 (PORTO ALEGRE, 1996, p.122), conservado no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho, fundo “Construção e melhoramentos do município”.

<sup>3</sup> A referência ao papel do jornal local, “cidadino”, em articular uma comunidade de interesses já fora referida nos primeiros estudos da Escola de Chicago, por Robert E. Park, ao citar a mediação das “páginas impressas [que] vêm tão rapidamente tomando o lugar do púlpito na interpretação da vida” (PARK, 1973, p.47-48), e por Louis Wirth, para quem o papel do jornal e de outros meios de comunicação era o de “operar como influências niveladoras” das massas urbanas (WIRTH, 1973, p.106).

processo pelo qual uma parte da classe dominante, dotada de liderança moral e intelectual, exerce o controle sobre outras frações aliadas, quanto (ii) na relação entre as classes dominantes e as dominadas, as primeiras usam sua liderança “para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados” (CARNOY, 1988, p. 95).

Para Gramsci, a incorporação do Estado na hegemonia burguesa advém “da natureza da própria classe burguesa”, que “tinha se constituído como um organismo de movimento contínuo, capaz de absorver e transformar culturalmente a sociedade inteira” (ibid., p. 100). Esse potencial de absorção se dirigiria também à classe trabalhadora – cabe lembrar que a doutrina de Comte foi seguida pelos positivistas gaúchos em sua promessa de “incorporação do proletariado à sociedade moderna”.

Dito isso, como vinha sendo buscado efetivamente o consentimento dos dominados no contexto em estudo? Conforme Boeira (2007, p. 393), o partido no poder sublinhou de modo crescente “as virtudes moralizadoras do comtismo”, procurando “aproximar as fórmulas positivistas das ‘virtudes naturais do gaúcho’”. Por exemplo, uma visão burguesa da pobreza seria associada à virtude de figuras “patrióticas”, como Borges de Medeiros. Sucessor de Júlio de Castilhos, tendo começado a governar o estado do Rio Grande do Sul antes mesmo da morte daquele que foi chamado o *Patriarca*, em 1903, e mantendo-se no cargo até 1928 (exceto durante um mandato), uma vez afastado ele seria “glorificado pela sua dignificante pobreza” e lembrado pelo partido por sua “modéstia” e “desambição”, conforme os termos empregados em vários artigos publicados em *A Federação*, a partir de 1929. Buscava-se assim mitificar a existência do ex-presidente do Estado, em uma suposta frugalidade de sua propriedade rural onde, conforme seus correligionários, sobrevivia do suor de seu trabalho e sem usufruir de riquezas acumuladas em sua longa vida pública.

Em um momento de crise econômica internacional, mesmo “a confissão de pobreza” mostrada pelas contas nacionais, conforme Oswaldo Aranha, “longe de ser humilhante, constitui[ria] um ato de heroísmo do povo brasileiro” (ARANHA, 1931, p. 3). Na entrevista publicada em *A Federação*, o político utilizava habilmente a palavra “crise” para conotar o que Murray Edelman (1977, p. 45; tradução livre) lembra ser “uma ameaça ou emergência que as pessoas precisam encarar juntas”, sugerindo “uma necessidade de

unidade e sacrifício comum”. Na verdade, a “união” no enfrentamento da crise internacional serviria como pretexto para barrar eventuais conflitos que adviriam da tomada de consciência de grupos que, sofrendo passivamente há anos, poderiam passar a definir sua situação como crítica.

Em várias matérias, o jornal do partido no poder também mitificaria a pobreza ao associá-la a intelectuais, professores e desembargadores aposentados, bem como a imigrantes europeus recém-chegados. A divulgação de uma ideia de pobreza enquanto virtude seria, assim, “integradora”, perpassando as classes sociais. Contudo, a simples carência de meios de subsistência não autorizaria a nomear qualquer indivíduo como pobre. As “virtudes moralizadoras” se manteriam fortemente associadas a um pretensível caráter científico do positivismo na política pública, em seu contato direto com os públicos-alvo que passariam a ser definidos como seus beneficiários ou sobre os quais desejaria intervir. Para isso, as elites locais também teriam um papel a cumprir.

#### O CASO DO ROTARY CLUB DE PORTO ALEGRE

O empresariado industrial de Porto Alegre apenas tardiamente organizou-se de forma autônoma para a representação de seus interesses, de modo que antes de 1930 havia uma convivência das burguesias industrial e comercial na Associação Comercial e no Rotary Club (PESAVENTO, 1988). Apesar da forte presença de industriais e do “alto comércio”, a composição do Rotary não se restringia ao empresariado urbano. Também era grande a adesão de profissionais (engenheiros, médicos e advogados) vinculados ao poder público e/ou à prática privada. Assim, a composição do clube fundado em Porto Alegre no mês de novembro de 1928 não diferiu substancialmente daqueles criados poucos anos antes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Conforme Pereira (2007, p. 16), o clube no Rio de Janeiro reuniu representantes de empresas estrangeiras, a elite cosmopolita local e o “meio já altamente profissionalizado dos quadros administrativos já envolvidos com a temática urbana do ponto de vista técnico”.

Benno Hofmann, engenheiro responsável pelo primeiro uso local do neologismo *urbanisme* (ainda em francês) em 1925 (ROVATTI, 2001), viria a ingressar no Rotary em 1932. Marcava-se assim a presença dos urbanistas da “primeira linhagem”, formada na engenharia, e que se propunha a reformar e regulamentar a cidade existente (LEME, 2001, p. 77-78). Ela estava representada no clube em São Paulo, cuja primeira diretoria

“já sinalizava claramente a importância que foi dada às questões urbanas ao colocar na sua presidência um dos três mais importantes nomes do urbanismo no Brasil: Victor da Silva Freire” (PEREIRA, 2007, p. 18).

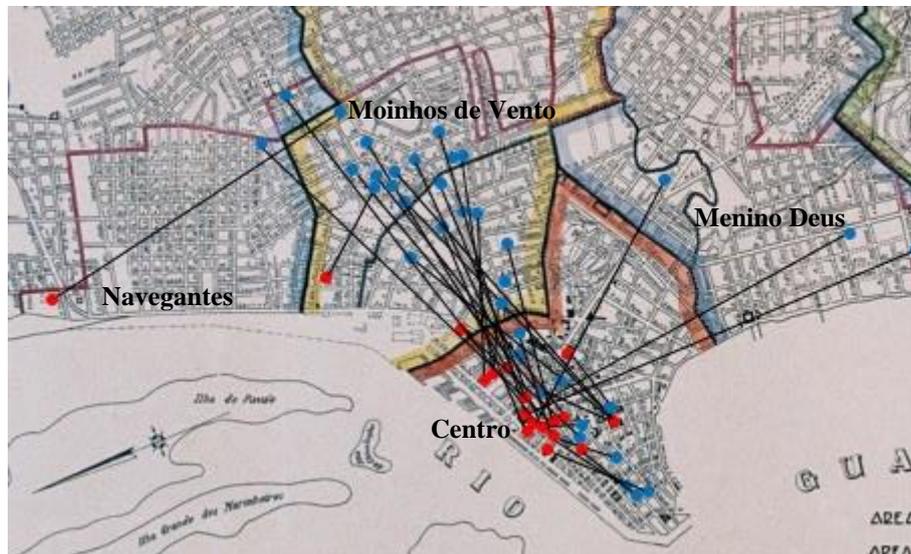
Entretanto, outros engenheiros e membros do Rotary desde seu início, experientes e líderes em seus respectivos campos de atuação, foram protagonistas das transformações pelas quais a cidade passava. Estiveram vinculados à Escola de Engenharia de Porto Alegre, à empresa responsável pela maior parte da pavimentação viária da cidade, entre 1925 e 1936, incluindo as ligações que facilitaram a expansão na zona suburbana, e à empresa Azevedo Moura & Gertum, que viria a ser uma das mais importantes construtoras, tendo entre seus clientes preferenciais os próprios sócios do clube.

A adesão ao Rotary Club envolveria o recrutamento de apenas um membro de cada atividade socialmente identificada e classificada, de modo a evitar a competição ou concorrência interna ao grupo (PEREIRA, 2007). Se o objetivo estatutário do clube era compor uma amostra dos diversos ramos de atividade na cidade, verifica-se logo que o resultado não foi uma amostra aleatória de homens brancos e ricos, residentes em Porto Alegre, mas uma congregação de “líderes da sociedade”, tanto que o próprio intendente Alberto Bins (prefeito, a partir de 1930) era sócio do Rotary.

A propósito, chama atenção nos relatos das reuniões a ausência de menções à função pública e à atuação político-partidária. Efetivamente, vários agentes públicos foram membros do Rotary, parte deles ingressando depois de 1933, enquanto outros tiveram sua classificação alterada para “governo” posteriormente. Por sua vez, alguns setores de serviços, que podemos definir como *modernos*, caso dos transportes e comunicações e das finanças e seguros, ganharam membros.

Na atuação conjunta do Rotary e da prefeitura, não havia mostras de conflitos entre o público e o privado, e sim uma conjugação de interesses. Como ilustração, a figura 1 relaciona as localizações dos endereços comerciais e residenciais dos sócios do clube, permitindo inferir os seus deslocamentos entre casa e trabalho. Evidencia-se a sua sobreposição com as localizações dos maiores investimentos em pavimentação realizados pela municipalidade entre 1925 e 1936, ou seja, entre a área mais dinâmica do centro da cidade e os bairros mais afluentes, onde a maioria trabalhava e residia, respectivamente.

Figura 1 – Localização dos endereços comerciais e residenciais de cada um dos sócios do Rotary Club de Porto Alegre em 1936: comercial=ponto vermelho; residencial=ponto azul.



Fonte: livros de atas do Rotary Club de Porto Alegre; elaboração nossa.

O registro da atuação do Rotary Club, no período observado, em sua associação à prefeitura, leva-nos a qualificá-lo como um fenômeno de coalizão de elites compatível com a que Molotch conceitua em sua máquina de crescimento, talvez com um funcionamento ainda mais integrado ao Estado do que seria de supor da atuação daquela instituição em um regime mais próximo de uma democracia liberal, como a norte-americana.

O papel que o clube poderia assumir em Porto Alegre foi sugerido no discurso de James Roth, comissário especial do Rotary Internacional, enviado para sua inauguração, e publicado em *A Federação (ROTARY..., 1928, p. 3)*. Defendendo o “bem da sociedade em que [se] vive, começando por trabalhar em seu próprio benefício”, um primeiro consenso deveria ser obtido entre os sócios do clube, para depois, lograr um consenso mais amplo na sociedade e no Estado. Um objetivo ideológico – dito “espiritual” – estava claro nesse discurso: compor a opinião “harmônica” de uma elite e disseminá-la por “caminhos misteriosos”, ou nem tanto, já que a sua propagação, por meio de campanhas, viria a ser bem conhecida. Por sua vez, as “ondas invisíveis” mencionadas por Roth, estando a braços com a ação do poder público, seriam, na verdade, bem concretas. Assim, a *máquina de crescimento* poderia envolver mais agentes do que apenas os da classe dominante – ainda que fossem estes os que realmente ganhassem.

Chama atenção que uma divisão semelhante à noção gramsciana de hegemonia se evidenciasse na microescala do Rotary Club, cujo *modus operandi* buscava, primeiro, a criação de uma opinião consensual interna à elite, para depois irradiá-la visando um consenso mais amplo na sociedade. O primeiro seria relativamente fácil de obter, em um contexto no qual a “união dos rebanhos” (a expressão era utilizada por Oswaldo Aranha) das distintas frações burguesas seguisse um interesse comum na valorização e na promoção do *lugar* da cidade, mesmo que competissem em outros campos.

Contudo, o segundo momento da hegemonia pede o consentimento dos dominados, ou seja, sua aquiescência a uma visão de mundo que não é sua. Para tanto, caberia atenção à “vida moral”, citada pelo representante do Rotary presente à inauguração como uma das categorias dos “fenômenos” que teriam o exemplo a seguir do primeiro clube, fundado nos Estados Unidos em 1905. Definindo a si mesmos como produtos do “cadinho das raças” e citando explicitamente a ancestralidade europeia e os credos protestante, católico e judaico, a experiência pessoal dos primeiros sócios era de mudança do modo de vida, uma vez que os fundadores do clube haviam nascido em pequenas cidades do interior e, tendo migrado para Chicago, buscariam formar uma pequena “comunidade” dentro da “grande cidade” para se auxiliarem mutuamente (PEREIRA, op. cit.). Um desejo de “reforma social” estaria presente no clube, inspirado pela própria situação da cidade. Conforme escreveu seu mentor, Paul Harris,

[h]avia milhares de mendigos e a miséria é castigo incitante [...] **Os famintos precisavam comer, mas era necessário lembrar que trabalhassem pois a ociosidade gerava vícios.** Chicago não poderá jamais esquecer os dias posteriores à sua primeira Exposição Mundial [de 1893] – o auge da miséria patenteou-se em todos os pontos de vista. Foi sentido violentamente um pânico financeiro que varreu todo o país... Nos distritos e bairros pobres a evidência da necessidade e do sofrimento despertavam compaixão...” (HARRIS, 1939, apud PEREIRA, op. cit., p. 5; grifo nosso).

Temas como a miséria, a ociosidade e o trabalho teriam repercussão na “vida moral” de Porto Alegre. Para entender o papel que o Rotary Club viria a assumir no contexto estudado, é conveniente seguir a definição que faz Edelman (1964, apud MOLOTCH, 1976, p. 313) de uma “política ‘simbólica’, compreendendo as ‘grandes questões’ da moralidade pública e das reformas simbólicas”, por exemplo, fraudes em benefícios sociais, criminalidade, precariedade do transporte público, carestia etc. É esta “política

simbólica” a que tem destaque nas manchetes e nos editoriais dos jornais, enquanto as questões distributivas dos bens de consumo coletivo que mais interessariam ao nível local da política, ficam de fora do debate público.

É dos temas de uma “política simbólica”, que já tinha visibilidade nas notícias publicadas por *A Federação*, que o Rotary Club iria se ocupar. Seu funcionamento se daria, assim, na *superestrutura*, em complemento à ação da administração municipal na *infraestrutura*. Examinamos as campanhas que o clube veio a desenvolver em Porto Alegre, a começar pelo chamado “problema da mendicância”. Cogitamos que esse tema, a princípio, estaria fora da alçada da administração, cuja orientação positivista para os proletários centrava-se em seu “progresso moral”, por meio da educação, e no “progresso material”, pelo trabalho regular. Entretanto, a atuação da Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados (SPAAN), criada em 1929 por alegada iniciativa do Rotary, viria a combinar-se à ação do Estado. Em uma reunião o clube considerou que a autoridade policial seria a mais apta a informar sobre a condição de indigência dos moradores das diversas zonas da cidade (ROTARY..., 1929, p. 4).

Dois anos depois, em reunião com a presença do desembargador Florêncio de Abreu, concunhado de Getúlio Vargas e chefe de polícia do Estado,

[f]icou resolvido que o Rotary, por intermédio de sua diretoria, combinasse a sua ação com a da chefia de polícia [cuja] atribuição [...] cinge-se a **reprimir os falsos mendigos [...] em cujo meio germina, em sua maior parte, a vegetação daninha da criminalidade dos grandes centros urbanos [...]**” (AUXÍLIOS..., 1931, p. 3; grifo nosso).

Vigorando a crise financeira internacional, a presença de mendigos deve ter crescido, especialmente no centro da cidade. Assim, nos termos do que foi discutido em reuniões do Rotary, a tarefa classificatória da polícia viria a se sofisticar, discriminando: (i) os “falsos mendigos” (a serem reprimidos); (ii) os “pedintes ‘acidentais’” ou os “sem trabalho”; e (iii) os “verdadeiros mendigos”.

O chefe de polícia já manifestara sua expectativa de que o principal apoio à SPAAN viesse do comércio, o que é revelador do desejo de criar um “bom clima de negócios” pela retirada dos mendigos do espaço público. Entretanto, apesar da ação da SPAAN, ou por causa dela, foi constatado novo aumento na mendicância. Passou-se a solicitar aos seus associados “que essas casas [comerciais] sejam assinaladas, a fim de evitar a

freguesia dos mendigos” (A REUNIÃO..., 1933, p. 4). Acreditava-se, assim, que os mendigos poderiam ser convencidos a não pedir esmolas diretamente nos estabelecimentos; e, se classificados pela polícia como “verdadeiros mendigos”, recorreriam disciplinadamente à instituição criada para beneficiá-los. Afinal, a SPAAN havia sido concebida como uma medida julgada *positiva* para eles.

A abordagem de “problemas urbanos” por um viés de “política simbólica” também incluiu a atenção para o tráfego urbano, o que era justificado pela própria posição social dos sócios do clube – como as burguesias industrial e comercial estavam bem representadas entre os membros do Rotary, nele convergiam os interesses pela facilidade de circulação, que certamente incluíam os seus próprios deslocamentos cotidianos como “automobilistas”.

O tema ganhou destaque com a renomeação da “Comissão de Urbanismo”, em julho de 1932, como “Subcomissão de Policiamento e Tráfego Urbano”<sup>4</sup>. A partir daí, seria frequente apontar os pedestres como responsáveis pelos acidentes de trânsito. Esta mensagem fica clara na fala do sócio A. J. Renner, proprietário de uma grande indústria têxtil, que, na reunião de 3 de agosto de 1932, “comunicou à Casa observações que fez a respeito das causas que dificultam o tráfego de veículos pela rua São Pedro, no bairro de São João [sic], e chamou, também, a atenção para a FALTA [sic] de cuidado dos colegiais quando transitam pela referida via pública, falta de cuidado essa que constitui constante ameaça de desastres”.

Para ele, a “imprudência dos pedestres” representava uma “ameaça”. Para combatê-la, representantes do Rotary colaboraram com a prefeitura na elaboração de um regulamento do tráfego de pedestres. O projeto do regulamento foi apresentado em reunião do clube, em agosto de 1933, sendo um exemplo eloquente de uma tentativa de racionalizar as práticas dos pedestres no espaço público, disciplinar seu comportamento e torná-lo previsível aos condutores de veículos.

Contudo, o regulamento miraria apenas causas “morais” remotas para os comportamentos desaprovados. Eles poderiam ser mudados, mas pensamos que dificilmente as ações

---

<sup>4</sup> Conforme Ata conservada no Rotary Club de Porto Alegre. A classificação do presidente da comissão era “equipamento ferroviário – carros e locomotivas” e as dos demais membros, “construções – arquitetura”, “acessórios para autos”, “jornalista” e “indústria de automóveis – varejo”. A ênfase estava no transporte motorizado, portanto.

educativas ou mesmo punitivas levariam a um resultado em curto prazo na arena da consciência. A própria semântica de *campanha* denota que se esperaria uma longa duração dessas ações, de modo que a assertividade e a reiteração de informações levasse à transformação dos indivíduos – no sentido de que os pedestres passariam a circular conforme “regras” e os mendigos deixariam “voluntariamente” os passeios, por exemplo. Estava manifesto o desejo de tornar racionais, ou melhor, de automatizar as práticas dos usuários do espaço público.

Alinhado a essa campanha, a prefeitura iniciou em 1935 um “serviço de fiscalização do trânsito de pedestres”. Novamente, o discurso afirmou a *positividade* de uma medida de fiscalização, tanto que *A Federação* antevia que “será, certamente, recebida com simpatia pela população” (UMA ACERTADA..., 1935, p. 1). Para tal “simpatia” deveria contribuir a difusão da campanha por meio dos estudantes, público-alvo prioritário das ações do Rotary. A fiscalização do trânsito de pedestres era considerada uma medida que se fazia necessária, “principalmente em alguns pontos de grande aglomeração do centro da cidade. Evitar aglomerações, que dificultam o trânsito nos passeios das ruas principais, já será um benefício importante [...]” (ibid.). O combate às aglomerações também se alinhava a um desejo de “bom clima de negócios”. Deveria, obviamente, buscar dar fluidez ao trânsito de pedestres, mas também evitar a concentração de pessoas no espaço público, coibindo manifestações em um momento politicamente sensível, aquele que antecedeu a ditadura do Estado Novo.

O aumento da velocidade no trânsito era, portanto, inexorável, atingindo a todos e impondo uma nova racionalização ao espaço urbano. Entretanto, ainda eram poucos os que poderiam se beneficiar do aumento da velocidade proporcionado pela posse de um automóvel. Se a maioria não tiraria proveito, deveria, ao menos, aceitar as mudanças. Como os instrumentos de intervenção do Estado na economia poderiam não ser suficientes para obter um consenso, o Rotary se engajou em campanhas que pretenderam “ferir a consciência coletiva”, conforme foi afirmado em sua fundação. Mas a criação de “problemas urbanos” não prescindiria de sua ação junto ao Estado e mediante as políticas públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aceitação geral das definições de pobre e de miserável, bem como uma atribuição precisa de sua localização, tanto pela polícia como pelos primeiros urbanistas de Porto Alegre, poderiam contribuir para um consenso. Os “falsos mendigos” passariam a ser associados à “ameaça” que representariam para a sociedade. Portanto, as situações de pobreza e miséria se ampliariam como tema de política pública. Conforme Edelman (1977, p.13-14; tradução livre),

[o]s fatos políticos são especialmente vívidos e memoráveis quando os termos que os denotam retratam uma ameaça personificada: um inimigo, desviante, criminoso [...] ameaças personificadas são politicamente potentes independentemente da seriedade ou da trivialidade de seu impacto sobre as vidas das pessoas. A ameaça personificada, não importa quanto seja atípica, atrai apoio público para controles sobre um número muito maior de casos ambíguos que estejam simbolicamente condensados no estereótipo ameaçador.

A personificação da ameaça seria realizada pela política pública, pois estaria a cargo de uma força coercitiva distinguir os “verdadeiros mendigos” e os que, com alegada má-fé, apenas desejavam aproveitar-se dessa condição para obter benefícios indevidos. Os últimos seriam convertidos, portanto, em um estereótipo que poderia funcionar como um “atrator” de casos ambíguos. Mas o uso de categorias que buscassem “atrair” situações ambíguas também seria aplicado pelo campo profissional à habitação dos pobres. Basta citar os “pré-cortiços” que apareceriam em um *survey* (PAIVA, 1942), compondo um tipo que, mantidas as condições iniciais, seria com o passar do tempo “atraído” pelo estereótipo “desviante”, ou seja, pelo próprio cortiço. É possível que tal classificação servisse mesmo para reforçar a confiança na habilidade – e portanto, na racionalidade – dos profissionais em distinguir, com antecedência, um “desvio” que só se manifestaria plenamente no futuro.

Em ambos os casos fica clara a utilização do modelo epistemológico (ou paradigma) indiciário. Conforme Ginzburg (1989, p. 179), as regras que guiam a ação categorizadora

[n]ão se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.

De algum modo, o paradigma indiciário influenciaria o tratamento de “problemas urbanos” que exigisse classificar o público-alvo segundo regras criadas *ad hoc* e, até onde

sabemos, sem conhecimento (e sem questionamento) público. Supomos, também seguindo o paradigma indiciário, que um tratamento integrado poderia seguir uma lei do mínimo esforço, no sentido de envolver um número limitado de agentes e instituições e, assim, facilitar a troca de informações entre setores do Estado e da sociedade civil interessados em uma mesma questão. Um primeiro indício neste sentido: o presidente da comissão do Rotary dedicada ao tráfego urbano acumulava essa função com a de presidente da instituição criada para centralizar a distribuição de esmolas<sup>5</sup>. Outro indício é a crescente representação de agentes públicos, e a sua nomeação entre as cada vez mais numerosas classificações de “governo” na composição do Rotary, incluindo o próprio servidor municipal que tinha responsabilidade de “sindicância”, ou seja, dirimir dúvidas de classificação dos “verdadeiros” e “falsos” mendigos<sup>6</sup>.

Estes sinais parecem-nos fortes para apoiar a hipótese de que houve, na Porto Alegre do início da década de 1930, um tratamento da mendicância e do tráfego enquanto um único “problema urbano”, colocando a circulação como a categoria de intervenção que mais exigiria a ação conjunta do Estado e da sociedade civil. Por meio dele, obtivemos uma ilustração do conceito gramsciano de hegemonia enquanto síntese de consentimento e repressão. Naquele momento, no tratamento de “problemas urbanos” o urbanismo incluiria a busca da hegemonia de uma estrutura cognitiva – uma *psicoesfera* – que apresentava uma visão de futuro próspero e desejável, confrontada a uma visão negativa, consubstanciada nas “ameaças” associadas aos comportamentos de quaisquer indivíduos que pudessem ser incluídos nas chamadas “classes perigosas”.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Oswaldo. A notável entrevista concedida pelo ministro Oswaldo Aranha ao "Correio do Povo". **A Federação**, Porto Alegre, 17 jun. 1931. p. 3.

A REUNIÃO de ontem no Rotary Clube [sic]. **A Federação**, Porto Alegre, 23 mar. 1933. p. 4.

AUXÍLIOS aos necessitados - a reunião ontem do Rotary Club. **A Federação**, Porto Alegre, 21 maio 1931. p. 3.

---

<sup>5</sup> Adel Carvalho, conforme informação que consta da ata da reunião do Rotary em 11 de maio de 1932, conservada no clube.

<sup>6</sup> Conrado Ferrari, que viria a ser nomeado prefeito de Porto Alegre próximo ao final do Estado Novo.

- BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**s. 2ª edição. Porto Alegre: PUCRS, 2013.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: TRINDADE, Hégio (org.). **O positivismo: teoria e prática**. 3ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 391-414.
- BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-Providência: sobre um enxerto de ideias de longa duração. In: TRINDADE, Hégio (org.). **O positivismo: teoria e prática**. 3ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 193-200.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 3ª edição. Campinas: Papyrus, 1988.
- EDELMAN, Murray. **Political language: words that succeed and policies that fail**. New York: Academic Press, 1977.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- LEME, Maria Cristina Silva. Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional. In: BRESCIANI, M. Stella Martins (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 77-93.
- MOLOTCH, Harvey. The city as a growth machine: toward a political economy of place. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 82, n. 2, p. 309-332, set. 1976.
- PAIVA, Edvaldo Pereira. **Expediente urbano de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1942.
- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Gilberto (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973 [1916]. p. 26-67.
- PEREIRA, Margareth A. C. Silva. Localistas e cosmopolitas: a rede do Rotary Club Internacional e os primórdios do urbanismo no Brasil (1905-1935). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12, 2007, Belém. **Anais...** Belém: ANPUR, 2007. 22f .
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. **Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**, v. 3. Porto Alegre: Secretaria da Cultura, 1996.

ROTARY Club - Inauguração do Rotary Club de Porto Alegre no Club do Comércio. **A Federação**, Porto Alegre, 09 nov. 1928. p. 3.

ROTARY Club. **A Federação**, Porto Alegre, 21 maio 1929. p. 4.

ROMERO, José Luís. **América Latina**. As cidades e as ideias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ROVATTI, João Farias. **La modernité est ailleurs**: “ordre et progres” dans l’urbanisme d’Edvaldo Pereira Paiva (1911-1981). Tese de doutorado. Paris: Université de Paris VIII, 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª edição. São Paulo: USP, 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª edição. São Paulo: USP, 2018.

UMA ACERTADA providência da Diretoria de Tráfego. **A Federação**, Porto Alegre, 08 abr. 1935. p. 1.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: USP, 1999. p. 170-243.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Gilberto (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973 [1938]. p. 90-113.